

ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO

“JUNTA DE AGRICULTORES

DO REGADIO DO AÇAFAL”

DOCUMENTO COMPLEMENTAR elaborado nos termos do nº2 do Artº64 do Código do Notariado. Escritura lavrada no dia dezassete de Abril de noventa e sete, a folhas noventa e uma e seguintes do competente Livro Um - C, do Cartório Notarial de Vila Velha de Ródão.

CAPÍTULO I

Constituição, Fins e Atribuições

Artigo 1º

É criada a junta de Agricultores de Regadio do Açafal, associação sem fins lucrativos com sede em Vila Velha de Ródão, freguesia de Vila Velha de Ródão concelho de Vila Velha de Ródão adiante designada por Junta de Agricultores.

Artigo 2º

A Junta de Agricultores tem personalidade jurídica e a sua duração é por tempo indeterminado.

Artigo 3º

A Junta de Agricultores tem por finalidade assegurar a administração, exploração e conservação da obra do Regadio Tradicional em Açafal em representação de todos os seus beneficiários.

Artigo 4º

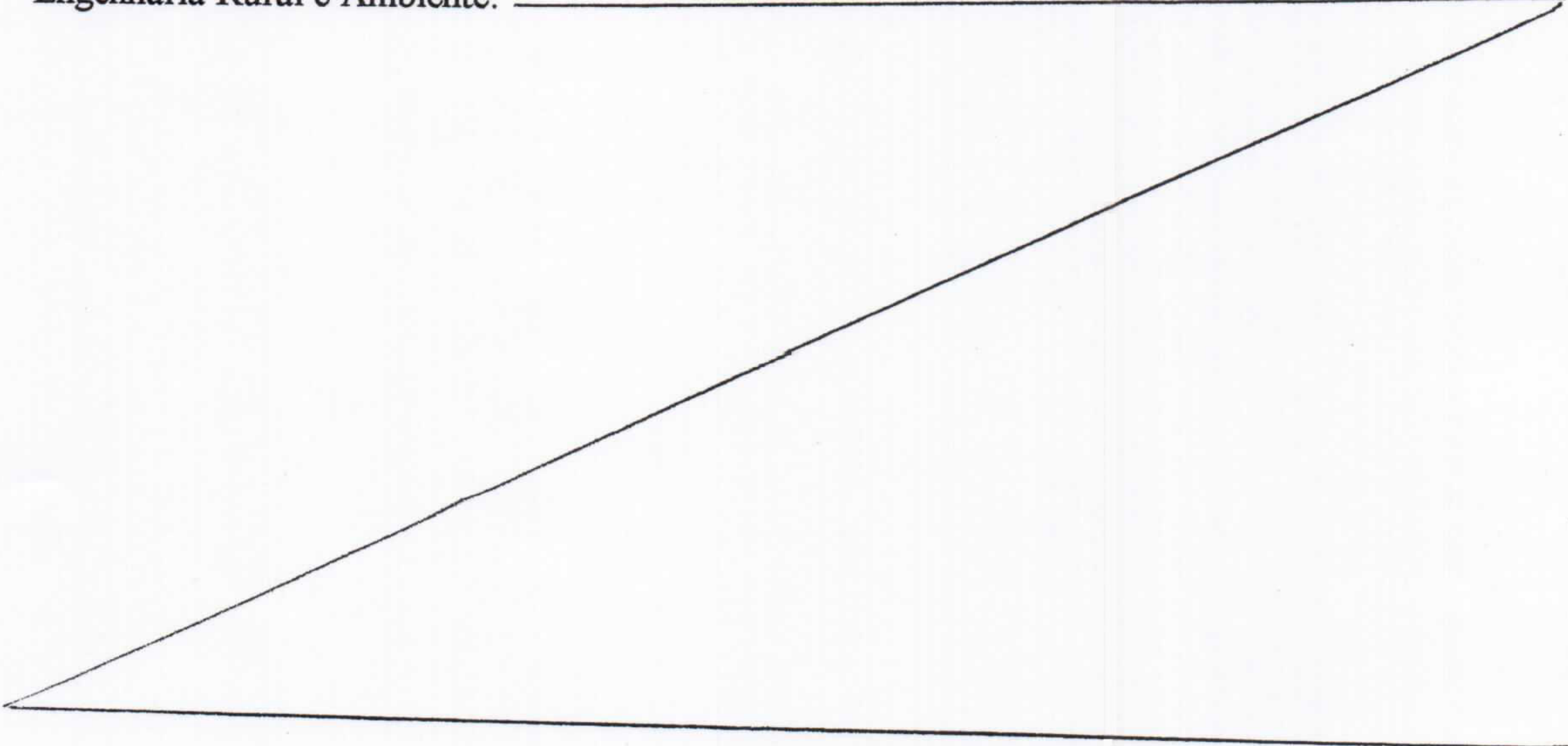
Compete à Junta de Agricultores do Regadio Tradicional de Açafal:

Um - Pronunciar-se sobre o projecto de regulamento definitivo da obra a que respeita e propor as modificações que entender convenientes.

Dois - Assumir a responsabilidade de assegurar a exploração, conservação e manutenção da obra entregue pela Direcção Regional de Agricultura da Beira Interior.

Três - Elaborar o horário de rega em inteira colaboração com a Direcção Regional de Agricultura da Beira Interior e com a Direcção-Geral de Hidráulica, Engenharia Rural e Ambiente, e assegurar o seu cumprimento, de harmonia com os princípios estabelecidos no regulamento da obra e as disponibilidades de água.

Quatro - Realizar trabalhos complementares, destinados a aumentar a utilidade da obra de acordo com os projectos aprovados.

- Cinco - Repartir pelos beneficiários as despesas a que o desempenho das atribuições da Junta de Agricultores derem lugar, atendendo, para além do mais, as relativas à amortização da obra a satisfazer nas condições estabelecidas no respectivo regulamento e promover a sua liquidação, constituindo para o efeito um sistema de quotas. _____
- Seis - Determinar o valor das quotas que a cada proprietário ou agricultor couber, de acordo com o orçamento. _____
- Sete - Apresentar para aprovação, nos prazos previstos no regulamento da obra, à Direcção Regional de Agricultura da Beira Interior com sede em Castelo Branco, que enviara copia à Direcção-Geral de Hidráulica, Engenharia Rural e Ambiente, o orçamento e um relatório anual, aprovados pela Assembleia dos Agricultores, de que constem os elementos necessários para um perfeito conhecimento da forma como decorre a exploração e conservação e dos resultados económicos e sociais da exploração das terras. _____
- Oito - Administrar as receitas e os bens próprios ou entregues à sua administração. _____
- Nove - Fixar o montante das indemnizações e multas devidas por prejuízos causados à obra e à sua exploração, em conformidade com o regulamento. _____
- Dez - Realizar todos os actos e contratos necessários, de acordo com os fins da obras. _____
- Onze - Elaborar e manter actualizado o registo dos agricultores beneficiários. _____
- Doze - Promover a conciliação dos desavindos por motivo de uso das águas ou de exploração das terras, através do esclarecimento dos respectivos deveres e direitos. _____
- Treze - Pronunciar-se sobre as reclamações dos agricultores beneficiários relativas à matéria das atribuições da Junta de Agricultores. _____
- Quatorze - Convocar uma vez por ano, com base no registo previsto no ponto onze deste artigo, a Assembleia dos Agricultores beneficiários a fim de estes procederem à eleição da nova Junta de Agricultores, e extraordinariamente sempre que for julgado necessário. _____
- Quinze - Para o exercício das suas funções a Junta de Agricultores poderá solicitar o apoio técnico à direcção Regional de Agricultura da Beira Interior e à Direcção-Geral de Hidráulica, Engenharia Rural e Ambiente. _____
- 

lv. n.º 12 Pl. 91
Dec. n.º 119 Pl. 160
1157

CAPITULO II

Funcionamento da Junta de Agricultores

e

Assembleia de Agricultores

Artigo 5º

um - A Junta de Agricultores é composta por três a cinco vogais cujo mandato será por um ano, renovável.

Dois - Os vogais são eleitos em reunião conjunta dos proprietários ou agricultores, constituídos em assembleia, na qual a cada um caberá um voto.

Três - A aceitação do cargo de vogal é obrigatória para os agricultores que tenham requerido a obra ou que ao requerimento tenham aderido, nos termos de artigo 4º do Decreto Regulamentar nº 86/82, de doze de Novembro e facultativa para os demais.

Quatro - O exercício das funções do vogal é gratuito.

Cinco - A Junta de Agricultores elegerá entre os membros que a compõem o Presidente, que a representará em juízo ou fora dele.

Seis - A Junta de Agricultores reúne sempre que se julgue necessário mas uma vez por semestre em secção ordinária e extraordinária sempre que mais de metade dos vogais o entenda, só podendo deliberar quando estiver presente a maioria dos seus membros, ficando um dos vogais encarregue do expediente corrente no intervalo entre reuniões e da elaboração das actas.

Sete - As reuniões são em dia certo de cada mês marcado no começo do ano, devendo as reuniões extraordinárias ser convocadas com o mínimo de três dias de antecedência e com a menção dos assuntos a versar.

Oito - As deliberações serão tomadas por maioria de votos.

Nove - Os vogais da Junta de Agricultores respondem solidariamente perante os proprietários pelos seus actos praticados contra o disposto nestes estatutos e na legislação aplicável, salvo se não tiverem tomado parte nas respectivas deliberações ou tiverem emitido expressamente voto contrário.

Artigo 6º

Um - A Assembleia de Agricultores é presidida pelo vogal da Junta de Agricultores que for eleito presidente, nos termos do ponto cinco do artigo 5º destes estatutos.

Dois - a mesa da Assembleia de Agricultores será constituída pelo presidente e por dois vogais eleitos entre beneficiários presentes na assembleia constituída.

119 161
f1>8
↑

Três - A Assembleia de Agricultores reunirá ordinariamente uma vez por ano e extraordinariamente sempre que for julgado necessário pelo presidente ou a pedido de mais de metade dos agricultores beneficiários, com base no registo no ponto onze do artigo 4º destes estatutos. _____

Quatro - A Assembleia de Agricultores considera-se constituída quando estiverem presentes ou representados dois terços dos beneficiários. _____

Cinco - Não se verificando quorum à hora marcada para a reunião, a Assembleia de Agricultores poderá reunir-se uma hora mais tarde com os beneficiários presentes ou representados, ficando todos vinculados às deliberações tomadas. _____

Seis - As deliberações da Assembleia de Agricultores serão tomadas por maioria de voto dos beneficiários ou representados, cabendo a cada um um voto, dispondo o Presidente, em caso de empate, voto de qualidade. _____

Sete - As convocações da Assembleia de Agricultores serão feitas por aviso, do qual deve constar expressa e claramente a ordem de trabalhos a expedir, com a antecedência mínima de dez dias par as sessões ordinárias e de oito, para as sessões extraordinárias. _____

_____ Artigo 7º _____

À Assembleia de Agricultores Compete: _____

Um - Proceder anualmente à eleição de uma nova Junta de Agricultores. _____

Dois - Promover a aprovação do orçamento e do relatório anual da Junta de Agricultores. _____

Três - Decidir sobre a fixação das quotas em base diferente do referido no numero dois do artigo 9º destes estatutos se tal for previsto no regulamento da obra. _____

Quatro - Deliberar sobre qualquer assunto que seja de interesse dos beneficiários. _____

_____ Artigo 8º _____

Um - A Junta de Agricultores terá um conselho Fiscal composto por três agricultores, sendo um Presidente e dois vogais que deverão fiscalizar os actos administrativos e financeiros da Junta de Agricultores, verificar as contas e relativos da mesma e dar parecer sobre actos que impliquem aumentos de despesas e diminuição de receitas sociais. _____

Dois - O Conselho Fiscal reunirá sempre que se julgue necessário, mas pelo menos uma vez por semestre. _____

1-c 91
119 162
1159
+

CAPITULO III

Das receitas e Despesas

Artigo 9º

Constituem receitas da Junta de Agricultores: _____

Um - O produto das quotas dos proprietários e agricultores beneficiários depois de deduzido o valor da amortização estabelecido no regulamento da obra. _____

Dois - O produto de multas e indemnizações. _____

Três - Quaisquer outros rendimentos, subsídios ou empréstimos que lhes sejam atribuídos. _____

Artigo 10º

Um - A Junta de Agricultores, em cada ano, determinará o valor das quotas a atribuir tendo em consideração a estimativa das despesas a realizar com a obra, o quantitativo das receitas previsíveis e a extensão da área beneficiada, obtendo-se assim o encargo da obra por hectare, a ser repartida pelos agricultores beneficiários de acordo com a área que cada possui. _____

Dois - As quotas serão mensais e determinadas em conformidade com o artigo 8º do Decreto Regulamentar nº 86/82, de doze de Novembro e o regulamento da obra. _____

Artigo 11º

Um - As reclamações sobre o valor das quotas serão resolvidas pela Junta de Agricultores no prazo de sessenta dias. _____

Dois - As reclamações não têm efeito suspensivo, sendo obtido provimento, far-se-à, nas quotas seguintes, a dedução do valor cobrado em excesso. _____

Três - No caso de não provimento, haverá lugar ao pagamento das despesas a que a reclamação tiver dado lugar. _____

Artigo 12º

Um - As receitas serão depositadas em qualquer instituição de crédito em conta aberta pela Junta de Agricultores. _____

Dois - Os levantamentos e os pagamentos serão efectuados por meio de cheque, assinado por dois vogais da Junta de Agricultores. _____

119 163 110

Artigo 13º

No orçamento das receitas e despesas não podem ser previstas despesas correntes sem que se assegure a sua cobertura pelo produto das quotas, salvo na medida em que, à data da aprovação do orçamento, se encontrem definidos subsídios disponíveis no período em que ele se destina a vigorar e expressamente destinados a cobrir despesas daquela natureza.

CAPITULO IV

Disposições finais e transitórias

Artigo 14º

O ano social da Junta de Agricultores corresponde ao ano civil, excepto durante o primeiro exercício, que compreenderá o tempo decorrido entre a data da constituição da Junta e 31 de Dezembro do ano seguinte.

Artigo 15º

Em tudo o que não se encontra previsto nestes estatutos, será aplicado o disposto no Decreto-Lei nº 269/82, de 10 de Julho, e no Decreto Regulamentar nº 86/82, de 12 de Novembro e regulamento da obra.

Artigo 16º

Durante o primeiro exercício, os lugares de vogais da Junta de Agricultores do Regadio do Açafal serão desempenhados por:

(Presidente)

O sobrio interior,